

Apresentação

A questão da segurança pública no Brasil é crítica. Os números das estatísticas oficiais, apesar das dúvidas que pairam sobre sua exatidão, não deixam dúvidas: em nosso país se mata mais por arma de fogo por ano que nas guerras que ocorreram e ocorrem no mundo atual. Foram quinhentos e dois mil homicídios em vinte e quatro anos¹.

A violência que antes existia em pequena parte dos crimes passou a ser a regra da maioria. Até a década de oitenta, aproximadamente oitenta por cento dos crimes eram caracterizados pelo furto, ou seja, pela apropriação do bem de alguém sem que ele percebesse. Já na década de noventa, oitenta por cento era precedido ou sucedido por violência².

A população carcerária brasileira foi a que mais cresceu no mundo nos últimos dez anos, mais vinte e três por cento, o Departamento Nacional de penitenciárias – DEPEN contabiliza mais de quatrocentos e dezenove mil presos em um sistema que possui somente duzentos e dez mil vagas, dos presos, mais de oitenta mil são aidéticos; oitenta e dois por cento não executam nenhuma atividade e setenta e oito por cento não possuem advogado para acompanhar seus processos. Existe igual quantidade de mandados de prisão a serem cumpridos, o que permite calcular rapidamente que existe a necessidade de ampliar em cinco vezes o número de vagas para acolher só os que já estão presos e os que aguardam a prisão.

A rápida explanação já demonstra uma situação caótica, mas uma análise mais acurada indica algo ainda pior. A população carcerária é pobre, majoritariamente negra e de baixo nível cultural, portanto, por mais criminosos que tenham sido seus atos estavam relacionados a valores relativamente pequenos aos quais tinham possibilidade de acessar. Por outro lado existem inúmeras situações relacionadas a crimes que envolvem grandes somas ou valores, aos quais somente pessoas de elevadas posses ou nível cultural poderiam ter acesso e onde não ocorreu nenhuma condenação. Tudo indica a necessidade da sociedade exercer um controle mais efetivo e eficaz sobre todo sistema de segurança pública.

O Estado da Bahia lançou em 2005 um edital específico (denominado de temático) através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB – com o qual incentivou diferentes pesquisas de interesse da SSP/BA. Dentre os projetos aprovados, na linha específica de controle externo através da democratização do conhecimento sobre a segurança Pública, fruto da parceria entre a Universidade Salvador, Universidade Federal e a própria Secretaria de Segurança Pública foi financiado o Observatório Interdisciplinar de Segurança Pública do Território, também conhecido como Observatório de Segurança Pública da Bahia.

Institucionalmente o Observatório reúne três programas Strictu sensu: O Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU; o Programa de Administração Estratégica – PPGA e O Centro de Recursos Humanos - CRH da UFBA, além da SSP/BA tendo como interveniente a Polícia Militar da Bahia.

O Observatório de Segurança Pública da Bahia disponibiliza em seu site: www.observatorioseguranca.org estudos de uma ampla gama de pesquisadores e autores nacionais com a finalidade de democratizar o conhecimento sobre segurança pública, além de apoiar o trabalho de pesquisadores que realmente conhecem as questões da segurança.

¹ Fonte: MS/SVS/DASIS – Sistema de Informações sobre Mortalidade

² Fonte: Silva (2004).

O Doutor Nilton Costa Ferreira é Delegado Especial de Polícia, o nível mais alto da carreira de policial judiciário, possuindo uma ampla experiência baseada em diversas funções e missões. Pode-se concluir, portanto que tem e teve contato com a realidade do objeto de sua pesquisa, conhece e tem contato com o tema tão importante para sociedade, tem e teve contato com os acertos e deficiências observadas na aplicação dos conceitos pertinentes a Segurança Pública.

Trata-se de um trabalho que compila os diferentes conceitos, fatos e suas interpretações e leis que deveriam reger a preservação da segurança pública. Neste sentido é bastante específico. Apresenta fatos de conhecimento público e os reúne procurando traduzir o seu significado para a insegurança que vivemos de forma clara e simples, permitindo um juízo de valor sobre a atuação ou falta de atuação e, sobretudo, a sua compreensão por todos de forma simples e direta.

As reflexões que ressaltam a opção em fazer uma análise do tema a partir da trajetória pessoal, inserem-se no que podemos chamar de novos paradigmas da ciência pós-moderna, onde o cientista não se coloca na condição de neutro diante do seu objeto de estudo (na verdade nunca ninguém foi). Alguns autores como Thomas Kuhn (1978)³ e Boaventura de Sousa Santos⁴ (2003; 2006a; 2006b) já colocavam a necessidade de discutir os paradigmas da ciência em seus contextos sócio-político e temporal. Neste trabalho nada mais acertado que a escolha por um caminho a partir da experiência profissional pessoal.

O procedimento empregado foi o descrito no Manual de investigação em Ciências Sociais de Raymond Quivy e Luc Van Campanhouldt que operacionalizam, sistematizam “le métier de sociologue” de Pirre Bordieus, J.C.Chamboredon e J.C.Passeron (Paris, Mouton, Bordas, 1968) que estabelece a **ruptura, construção e verificação**.

Neste caso iniciou-se pela apresentação de conceitos aplicáveis a pena e que são postos a prova pela avaliação dos danos causados à sociedade. Apresentam-se provas empíricas da existência do fato através de extensa lista de escândalos que terminaram sem a aplicação de pena justa, **rompendo-se** então com a conceituação vigente da aplicabilidade da lei e suas penas.

Constrói-se uma teoria para a anomia do estado e se apresenta os conceitos de territorialidade, limite e fronteira, territorialidade do crime, local, criminalidade, violência e perigo, risco e perigo, sociedade de risco, sociedade carcerária e ingerência política.

Passa-se a **verificação** através da demonstração da aplicabilidade dos conceitos a territórios da violência e da criminalidade em Salvador e da contribuição da ingerência política ao crime organizado apresentando-se largo material de reportagens que atestam empiricamente a teoria descrita. Finalmente se trata de processos de planejamento que poderiam ser empregados e conclui-se pela comprovação da construção (hipótese) da ingerência política existir e ser, de fato, causadora da anomia.

É um estudo comparativo da criminalidade grupada pelo dano ou efeito em duas categorias que podemos denominar de menor dano (individual) e coletivo (maior dano), com o objetivo de avaliar as conseqüências para a população carcerária e sociedade (o ordenamento jurídico).

³ Kuhn, Tomas S. Estrutura das Revoluções Científicas. Editora Perspectiva. São Paulo. 1978.

⁴Respectivamente SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2003; SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2006a; SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2006b.

O texto está estruturado em uma introdução passando-se a contextualização do problema, justificativa e objetivos. Explicita-se o que se vai fazer e como. A seguir trata-se da fundamentação teórica e a apresentação de conceitos construídos a partir destes para a análise: Territorialidade do Crime; Criminalidade e Violência; Risco, Perigo e Sociedade do Risco; Sociedade Carcerária e finalmente a Ingerência Política.

Em seguida mergulha-se na análise percorrendo-se os territórios da violência e da criminalidade e a contribuição da ingerência política ao crime organizado. Analisam-se as políticas de segurança públicas (ou o que se supõe que são em um Estado que nunca definiu claramente); trata da contribuição da geografia no estudo, prevenção e repressão à violência urbana; foca o trabalho especificamente em Salvador, na sua desorganização espacial para descrever e analisar a contribuição dos próprios espaços – favelas e invasões - para a violência e criminalidade. É uma confirmação da necessidade de uma abordagem sistemática da segurança pública muito maior que as ações das polícias e que seja resultante do ordenamento espacial, das ações de assistência social, de ações pró-ativas, preventivas e repressivas, sem o que qualquer estudo nesta área deixa de ser coerente.

Posteriormente analisa a presença do crime organizado, ou do Estado desorganizado e finalmente estuda a gestão da segurança pública e aponta para a possibilidade dos territórios de paz.

Neste ponto o trabalho passa por uma inflexão para o campo da aplicabilidade que é preciosa e merece ser elogiada pelo seu alinhamento com as correntes mais modernas da ciência. Passa a dialogar com a essência do problema da segurança pública – o Planejamento estratégico. Em uma rápida apresentação aponta a possibilidade de empregar o diagnóstico, o levantamento e análise de risco, o planejamento tático, o controle e avaliação para construir territórios de paz.

As considerações finais são lógicas e decorrentes do que foi apresentado. Este trabalho é necessário à reflexão a respeito da Segurança Pública.

Carlos Alberto da Costa Gomes
Coordenador do Observatório de Segurança Pública da Bahia